

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER NA MEDIAÇÃO ENTRE ESTADO E SOCIEDADE: POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES

Keni Tatiana Vazzoler Areias
Carlos Nazareno Ferreira Borges
Grece Teles Tonini
Polyana Nery de Castro

RESUMO

Esse estudo foi realizado na Universidade Federal do Espírito Santo e se constituiu na tentativa de avaliar uma ação do Estado junto a sociedade no campo do lazer, a partir da sua eficiência, eficácia e efetividade social (BELLONI et al, 2003), utilizando-se como indicador um dos elementos apresentados por Marcelinno (2001): a concepção que os gestores têm de lazer. Para tanto, tomamos como referência o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e buscamos identificar nas diretrizes provenientes do Ministério do Esporte e nas ações observadas no Município de Vitória-ES, a concepção de Estado, Políticas Públicas e, principalmente de Lazer.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Concepção de Lazer.

ABSTRACT

This study is attempted to evaluate an action of the State with the society in the field of leisure, through its social efficiency and effectiveness (BELLONI et al, 2003), using as an indicator one of the elements presented by Marcelinno (2001): the conception that the managers have of leisure. For that, we took as a reference the Program of Sport and Leisure in the City (PELC) and sought to identify in the guidelines from the Ministry of Sport and in the actions observed in the council of Vitória – ES, the conception of State, Public Policy and, mainly of leisure.

Keywords: Public Policy, leisure conceptions.

RESUMEN

Ese estudio se constituyó en la tentativa de valorar una acción del Estado junto a la sociedad en el área del ocio, a partir de su eficiencia, eficacia y efectividad social (BELLONI et al, 2003), utilizando como indicador uno de los elementos presentados por Marcelinno (2001): la Concepción que los gestores tienen del ocio. Para eso, usamos como referencia el Programa Deporte y Ocio de la Ciudad (PELC) e intentamos identificar en las directrices provenientes del Ministerio de Deporte y en las acciones observadas en el Municipio de Vitoria-ES, la concepción del Estado, Políticas Públicas y, principalmente de Ocio.

Palabras-clave: Políticas Públicas, Concepción de Ocio.

Introdução

O trabalho apresentado diz respeito a uma temática bastante atual e que vem ocupando gradativamente espaço na mídia e na pauta dos gestores públicos do País, a saber, as Políticas Públicas de Esporte e Lazer. Quando revisamos a literatura, encontramos em Marcelinno (2003) que Políticas Públicas para este setor devem ser avaliadas em sua qualidade, em função de três aspectos: a concepção de Lazer dos gestores, a formação dos agentes e a intersectorialidade das ações. Em Belloni et al (2003), encontramos que as Políticas Públicas, em geral, devem ser avaliadas em termos de sua eficiência, eficácia e efetividade social. Partindo desses pressupostos teóricos e outros que visam esclarecer conceitos referentes à Política, Políticas Públicas, e Políticas Públicas de Lazer, pensamos em destacar um dos aspectos apontados por Marcelinno (2003) e avaliá-lo à luz das considerações de Belloni et al (2003): a concepção que os gestores têm acerca do Lazer e de como isso contribui ou não para eficiência, eficácia e efetividade social das Políticas Públicas de Esporte e Lazer. Desta forma, apareceu-nos como desafio entender e revelar se a concepção de Lazer dos gestores e agentes sociais do Programa Esporte e Lazer da Cidade, no Município de Vitória – ES têm influência no alcance dos objetivos do Programa para a população atendida. Essa visão foi analisada a partir das diretrizes oferecidas pelo Ministério do Esporte, o que nos permitiu analisar se existe coerência entre as concepções de Lazer assumidas nessas duas esferas administrativas.

Visando destrinchar o conhecimento acerca do tema, reunimos a opinião de parcela importante dos autores que se dedicam a estudar a manifestação do Lazer pelos cidadãos enquanto indivíduos e enquanto coletividade, bem como a responsabilidade do Poder Público neste ato. No decorrer da pesquisa, percebemos que apesar de priorizarmos no estudo a concepção de Lazer dos gestores, os três elementos ressaltados por Marcelinno (incluindo ainda a formação do quadro de profissionais e a intersectorialidade das ações), interferem na manifestação do PELC. Contudo, percebemos que para a avaliação de uma Política Pública, existe um fator precedente aos critérios levantados por Marcelinno (2001) e por Belloni et al (2003): o fato de que as ações do Estado estão inseridas em um contexto político, econômico e ideológico, não sendo isentas de sua interferência.

Sendo assim, segue uma breve explanação do referencial que norteou toda a pesquisa desenvolvida, a metodologia utilizada e, por fim, as respostas que encontramos para nossas indagações.

Vamos falar de política...

Para falar de Políticas Públicas, faz-se necessário um resgate, ainda que superficial, da etimologia da palavra política e os diversos significados que assumiu no decorrer da história. Política origina-se do grego *Polis* (cidade, Estado), servindo para designar a atividade humana que se refere à cidade, ao Estado e às coisas de interesse público. Para Aristóteles, a política seria uma continuação da ética, só que aplicada à vida pública (COTRIM, 2000).

Essa concepção é atacada por alguns que acreditam que a ética não acompanha a vida pública, chegando a serem elementos excludentes, pois numa sociedade dividida em classes não há universalidade de direitos. Acerca disso, Lessa nos diz:

o local por excelência da política é o Estado. (...) Entre a esquerda, de maneira geral, predomina a noção aristotélica: o homem como um animal político. A maior debilidade desta definição está em que iguala o que é ontologicamente distinto: a organização de

uma sociedade de classes e a organização de uma sociedade sem classes. Ela é incapaz de refletir a qualidade específica da relação de dominação entre os homens, que é uma das determinações mais importantes das sociedades de classes. Por isso a concepção aristotélica e suas variantes, que fazem da política uma dimensão universal do ser social, afirmam também a universalidade do Estado e do Direito. E, por essa razão, são concepções que nem sequer podem conceber a transição para uma sociedade comunista, isto é, uma nova forma de organização social incompatível com o Estado, com o Direito, com a propriedade privada e, portanto, com a política (LESSA, 2002. p. 104).

Segundo Weber (1982, p. 98), no contexto dessa sociedade, a política refere-se também à “participação no poder ou à luta para influir na distribuição do poder, seja entre Estados ou entre grupos dentro de um Estado”. O conceito weberiano de política traduz-se apenas na briga pela distribuição do poder na cidade do capital. Não há perspectiva e nem interesse em transformar essa realidade implementando novas formas de Governo e de modo de produção. A partir daí, percebe-se a ligação intrínseca entre a política e o exercício do poder, que pode ser caracterizado como um processo pelo qual um grupo de pessoas, cujas opiniões ou interesses são divergentes, toma decisões coletivas que se tornam regras para todo o grupo.

Para a ciência política, existem três formas mais visíveis de poder: Poder econômico, que utiliza a posse de certos bens socialmente necessários para induzir aqueles que não os possuem a adotar determinados comportamentos; Poder ideológico, o qual utiliza a posse de certas idéias, valores, doutrinas para influenciar a conduta alheia, induzindo as pessoas a determinados modos de pensar e agir; e o Poder político, que utiliza-se da posse dos meios de coerção social que também pode ser a força física considerada legal ou autorizada pelo direito vigente na sociedade. De forma sucinta, pode-se dizer que

“O que tem em comum entre essas três formas de poder é que elas contribuem conjuntamente para instituir e manter sociedades de desiguais divididas em fortes e fracos, com base no poder político; em ricos e pobres, com base no poder econômico; em sábios e ignorantes, com base no poder ideológico. Genericamente, em superiores e inferiores.” (BOBBIO 1987, p. 83)

Muitos analistas relacionam a definição de política à ação do Estado. O Estado Moderno (sujeito ativo) nasce da institucionalização do poder exercido sobre os cidadãos (sujeitos passivos) e se estabelece numa sociedade dividida em classes. Nessa sociedade, a classe que possui maior poder financeiro, ideológico ou político, proporá as normas sociais.

Rousseau (1997), como um dos principais representantes do pensamento liberal, explica a formação do Estado a partir da necessidade de se garantir o direito à propriedade privada. A necessidade de possuir bens, segundo este autor, foi gerada a partir do momento em que o homem, tendo uma vida simples e com necessidades limitadas, utilizou-se do seu tempo livre para obter inúmeras espécies de comodidades, das quais acabou se tornando refém. As necessidades geradas se tornaram tão onerosas quanto às posses, causando graves conflitos entre os homens, o que tornou fácil a proliferação do discurso de que era preciso que todos se unissem em torno de um

objetivo comum, ou seja, “defender os fracos da opressão, conter os ambiciosos e assegurar a cada um a posse daquilo que pertence” (ROUSSEAU, 1997, p. 100).

Para tanto, seria fundamental que os homens abrissem mão de sua liberdade plena para dar a algum órgão ou instituição o poder supremo para propor regulamentos os quais todos fossem obrigados a seguir, sem exceções e que governasse segundo sábias leis para proteger e defender todos os membros da associação. Contudo, vale ressaltar que as pessoas sem recursos econômicos não possuíam nada além de sua “pseudo-liberdade”, portanto, não tinham muito a ganhar com essa nova estruturação.

Para o pensamento marxista, o Estado, desde sua concepção, tem servido a interesses de determinada classe social. Ele não age como um simples mediador das lutas de classes no intuito de manter o equilíbrio das forças contrárias, mas como uma força que interfere nessa luta de modo parcial. Assim, a função do Estado acaba sendo garantir o domínio de classe, defendendo os interesses e objetivos da classe dominante e sua intervenção se daria por meio das “Políticas Públicas”.

Nesse contexto, as Políticas Públicas aparecem como toda atividade política que tem como objetivo específico assegurar, mediante a intervenção do Estado, o funcionamento harmonioso da sociedade, suplantando conflitos e garantindo a manutenção do sistema vigente. Analisando a questão sob esse prisma, qual seria o real sentido e o verdadeiro papel das políticas de Lazer para a população em geral? É uma pergunta pertinente e com uma resposta nada fácil.

Um breve histórico do Lazer

O Sistema de regulação do Estado Social, baseado no suposto pacto entre capital e trabalho e que garantiu entre as décadas de 50 e 70 na Europa e Estados Unidos, um estado mínimo ou satisfatório de bem-estar social não chegou a ser uma realidade na América Latina. No entanto, algumas experiências na América latina guardam semelhanças com o *welfare state*, com apoio à economia local e protecionismo da economia Nacional (TORRES apud MASCARENHAS, 2007).

Espelhando-se nos países centrais, as políticas de bem-estar eram difundidas na perspectiva de melhoria das condições de vida dos países subdesenvolvidos, que por sua vez, legitimaram a hegemonia norte-americana no pós-2ª guerra. A própria Guerra Fria impulsionou os empresários a irem além da simples oferta de empregos, salários e qualificação profissional. As necessidades de Lazer fizeram-se presentes em pauta patronal, pois era indispensável vencer a luta ideológica contra o socialismo e demonstrar a superioridade do capitalismo (VERONEZ E LIÃO JR. Apud MASCARENHAS, 2007). Assim, por influências globais, algumas ações no Brasil ganharam destaque, por alterarem significativamente o modo de lidar com o Lazer. A primeira é a criação do Sistema “S” (SESI e SESC, SENAI e SENAC), em 1946.

Embora possuindo o estatuto jurídico de entidades de direito privadas, o Estado não se manteve distante do SESI e SESC, pelo contrário, se utilizava da estrutura para alcançar as regiões periféricas do País no intuito de “valer-se do Lazer como elemento compensatório para as condições de deterioração das condições de vida, decorrentes do desenvolvimento urbano-industrial.” (MASCARENHAS, 2007, p.22). Na atuação do SESC e SESI, os conflitos eram sublimados em favor do espírito comunitário que se ambicionava criar.

Outra iniciativa de grande importância foi a criação do Esporte para Todos (EPT), que procurava dinamizar a prática de Esporte de modo informal e massivo,

criando um espírito esportivo e competitivo, compatíveis com o aumento da produtividade e com o desenvolvimento industrial. Assim, as práticas esportivas e de Lazer representavam um importante instrumento de manutenção da paz social, bem como, um meio de forjar novos hábitos de consumo para o mercado.

Desde a elaboração da carta de intenções representada pela Constituição Brasileira de 1988, o Esporte e o Lazer surgem como parte integrante do rol de responsabilidades de qualquer grupo político que assuma a gestão de um Município, Estado ou da União. As áreas sociais consideradas por grande parcela da população como prioritárias, tais como a saúde, a educação, os serviços sociais, são focos de Políticas Públicas que visam dar respostas imediatas quanto à aplicação dos recursos provenientes dos impostos pagos por cada cidadão. No que se refere ao Esporte e ao Lazer, além dos projetos serem menos abundantes, geralmente estão secundarizados em grau de importância frente às outras áreas citadas anteriormente, sendo utilizados como meios para alcançarem as demandas suscitadas por elas. Mas, em que o Esporte e o Lazer se diferem dos outros direitos sociais, se estão respaldados pela mesma Lei?

Uma das possíveis respostas é apontada por Marcelinno (2001), que apresenta o preconceito existente quanto à prática do Lazer, por este estar relacionado ao ócio e não ao período produtivo tão valorizado na sociedade de modo de produção capitalista. Marcelinno (2001) contribui ainda com a análise de que a despeito deste preconceito, existem três aspectos imprescindíveis para a execução de uma Política Pública para o Lazer de um modo mais eficiente: a concepção que se tem acerca do Lazer; a formação do quadro de profissionais; a intersetorialidade das ações.

Quanto ao primeiro aspecto, ou seja, às possíveis concepções acerca da utilização do tempo livre para a prática do Lazer, cabe a contribuição de Dumazedier que atenta para a existência de um Lazer que ultrapassa os aspectos de descanso (recuperação para o trabalho) e entretenimento e passa a ocupar um espaço específico de direito social (Mascarenhas, 2003). Nesse sentido, a prática do Lazer passaria a ser decomposta em três pilares: divertimento (entretenimento), descanso e desenvolvimento pessoal, o que se tornou conhecido como os 3 D's de Dumazedier.

Nos limites das abordagens conceituais acima descritas e do momento político global, em 1990, no Brasil, as políticas neoliberais ganham força. O modelo estatizante-intervencionista passa a dar lugar ao modelo modernizador-privatizante do Estado Mínimo. O recuo do poder público no lidar com a economia e as políticas sociais, abre caminho para um mercado totalmente livre de interferência, ampliando seus domínios sobre o conjunto de vida social. (MASCARENHAS, 2007). O direito de propriedade e os direitos do consumidor sobrepõem-se aos direitos sociais e o Lazer torna-se acessível apenas para uma minoria, apresentando-se como um tipo muito específico de propriedade. Mascarenhas (2007, p.34) alerta quanto ao perigo do discurso sobre o Lazer, pois este

“se constitui de fato um direito social apenas quando a existência de um conjunto de instituições públicas consegue assegurar sua realização e concretude, o que nos remete à idéia de uma conquista permanente. Sendo assim, nosso cuidado deve ser redobrado, pois o discurso do direito ao lazer, tão presente em nosso meio, está impregnado de fantasmagorias. (MASCARENHAS, 2007, p. 34)

É pertinente lembrar que, como nos alerta Gaelzer (1979) o aumento do “tempo livre” conquistado a partir da luta pela regulamentação das horas de trabalho, não se traduz espontaneamente em aumento da prática do Lazer. Padilha (2000) considera que o capitalismo como um sistema fundamentalmente totalitário rege as vinte e quatro horas por dia da vida do trabalhador. Enquanto os neoliberais apresentam em discurso o ócio como libertação, na prática tomam o ócio como um dos mecanismos de reforço da exploração, assumindo de maneira dissimulada o controle sobre o tempo alheio.

São inúmeras possibilidades de instrumentalização do Lazer objetivando atender a interesses específicos, e, em consequência disso, deve-se tomar muito cuidado para não tornar essa prática numa simples fuga, alienação ou objeto de consumo. Marcelinno (2002) nos leva a refletir que o Lazer como “assimilador de tensões” teria a função de desviar a atenção dos problemas sociais e pessoais, ou da exploração de muitos por poucos, tensões essas que podem trazer a perturbação da paz social. Na perspectiva de Cavalcanti apud Marcelinno (2002, p. 16), nesse tipo de concepção “o Lazer seria uma construção ideológica, sob a qual o anti-Lazer¹ se aproveita para penetrar mais eficazmente no modo de vida das pessoas”. Dessa forma, o Lazer manteria a população perfeitamente integrada na sociedade industrial e urbana, tornando-se assim um instrumento de dominação.

Por outro lado, no âmbito acadêmico, o Lazer tem incorporado também um significado bem diferente do descrito acima. Segundo Mascarenhas (2003), é bastante difundida entre os estudiosos do campo a perspectiva de um Lazer plenamente vinculado à educação, que proporcione o desenvolvimento pessoal de seus praticantes, tornando este momento um tempo de criação e recriação da cultura, favorecendo a organização dos grupos populares para a resistência contra o sistema econômico opressor e a construção de normas e valores para o convívio entre os homens. Mello (1999) afirma ser lamentável o fato de que, apesar da vasta produção do conhecimento acerca do Lazer, este não tem se articulado eficazmente com a intervenção.

Programa Esporte e Lazer da Cidade – O Lazer em foco.

Para tratar dessas questões específicas e garantir à população em geral, o direito ao Esporte e ao Lazer, diversas Políticas Públicas vêm sendo implementadas em todo o Brasil. Destaco, neste estudo, o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) do Ministério do Esporte.

Em síntese, o objetivo constante no documento oficial do site do Governo Federal é suprir a carência de Políticas Públicas e sociais que atendam às crescentes necessidades e demandas da população por Esporte recreativo e Lazer, sobretudo daquelas em situação de vulnerabilidade social e econômica, reforçadoras das condições de injustiça e exclusão social a que estão submetidas. Como se pode perceber, na sua concepção, essa política traz uma visão bem separada de Esporte e de Lazer, sendo ainda o Esporte caracterizado como recreativo e não o competitivo tão alardeado pela mídia.

Considerando as premissas já discutidas, torna-se clara a complexidade de abranger todos os aspectos que permeiam a execução de uma política para o Lazer. Sendo assim, a partir da realidade vivenciada nos núcleos de uma cidade específica,

¹ Atividade que é compreendida como meio e não como fim em si mesmo e que acontece a partir de necessidades geradas de fora para dentro, especialmente pelo mercado de consumo, acarretando considerável ansiedade, alto grau de preocupação com o tempo, com um mínimo de autonomia pessoal e que impede a auto-realização e autenticidade (CAVALCANTI, 1984, 67).

propusemo-nos a investigar mais profundamente um dos três aspectos apresentados como fundamentais para que a execução do PELC ocorra de modo adequado e satisfatório para a população beneficiária: a concepção de Lazer que orienta as ações dos gestores e administradores do PELC, no Município de Vitória-ES. Para obter tal informação, duas questões se levantam: O que expressa a fala e os documentos originados pelos gestores acerca de sua concepção do Lazer? E, ainda, quais as relações entre essa concepção e as ações desenvolvidas na prática?

Objetivando, em linhas gerais, identificar, descrever e analisar a concepção e as práticas de Lazer dos atores supracitados realizamos uma pesquisa de natureza descritiva e os dados foram coletados por meio do Estudo de Campo, sendo analisados prioritariamente num caráter qualitativo. Para a coleta de dados, utilizamos as seguintes estratégias: Num primeiro momento, por tratar-se de uma pesquisa acadêmico-científica, foi necessária uma breve revisão de literatura acerca dos conceitos e das Políticas Públicas voltadas ao Esporte e ao Lazer. Após, analisamos os documentos emitidos pelo Ministério do Esporte no que se refere à implementação do PELC e os documentos emitidos pelos gestores e administradores do Programa em Vitória, com vistas a compreender a concepção que eles têm acerca do Lazer, bem como conhecer as orientações transmitidas quanto à execução das atividades pelos agentes de Lazer que atuam nos núcleos.

Realizamos entrevistas com o gestor responsável pelo Esporte no Município de Vitória, com o Coordenador do PELC no Município e com os agentes² responsáveis por 05 (cinco) dos 8 (oito) núcleos existentes em Vitória. Foram utilizados dois roteiros de entrevistas semi-estruturados distintos para gestores e agentes. Esta etapa foi realizada no local de trabalho de cada um, permitindo-nos identificar a relação entre o discurso falado, escrito e o que é executado na prática. As falas dos atores podem ser encontradas na íntegra em Areias (2008).

A apresentação dos dados coletados e as análises feitas a partir destes foram realizadas de maneira qualitativa, conforme propõe Gil (2000). Os dados documentais foram analisados a partir do seu próprio conteúdo e as entrevistas por meio de categorias de análise, sendo compreendidas por uma análise de conteúdo (SOURIOUX & LERAT, 2002).

O que nos foi dito para além das palavras?

Durante todo o processo que envolveu desde a formulação até a execução da pesquisa, buscamos pautar nosso entendimento nas produções acadêmicas acerca do Lazer. Isso nos permitiu delinear de modo bastante coerente àquilo que pretendíamos descobrir ao formular nosso “problema”. Ancorados na perspectiva de encontrar na manifestação de uma Política Pública de Esporte e Lazer, neste caso o PELC, as iniciativas necessárias para sua execução eficiente, eficaz e que traga efetividade social (BELLONI ET AL, 2003), vislumbramos mais uma vez as dificuldades que se levantam contra qualquer ação que visa beneficiar a população que mais depende da intervenção do poder público.

² O termo “agente” foi utilizado neste trabalho para designar especificamente os professores/coordenadores que atuam diretamente nos núcleos, ministrando as atividades. Contudo, para o PELC, todo ator envolvido com a implementação deste projeto, desde a gestão, administração ou aplicação dos conteúdos recebe a denominação de agentes sociais de Esporte e Lazer. Esse conceito é exclusivo do PELC, não se aplicando aos outros projetos do Ministério do Esporte.

De modo geral, identificamos que os aspectos ressaltados para a boa execução de uma Política Pública de Lazer, ou seja, a formação do quadro de profissionais, a concepção que os agentes têm do Lazer e a intersetorialidade das ações destacados por Marcelinno (2002) são de fato imprescindíveis para tal alcance. Como manifestação clara de tal conclusão, podemos citar que nem todos os agentes apresentaram o mesmo domínio da matéria. Em um dos núcleos, o entrevistado nunca havia passado pelo processo de formação do PELC e nem conhecia os objetivos do programa. Sua concepção de lazer resumiu-se a "lazer é aquilo que faz as pessoas se sentirem bem". Corroborando com a teoria, o que se observou na prática foi um núcleo com uma adesão muito pequena, atividades não sistematizadas, sem nenhum tipo de planejamento. Sem conhecer o projeto, seus objetivos, sua metodologia, fica difícil que a comunidade se envolva no processo de implementação e consolidação. Sem tal envolvimento, o projeto perde em credibilidade e acaba não atingindo suas metas em relação ao público atendido.

Quanto a análise dos discursos, além do conceito chave que permeia todo o trabalho, buscávamos também perceber outras categorias e conceitos que se relacionam diretamente ao entendimento de Lazer. Sendo assim, a análise das entrevistas foi pautada na tentativa de perceber nas entrelinhas do discurso os conceitos de Estado, Política Pública e de Lazer de cada gestor e agente social entrevistado.

No que se refere à primeira categoria, ou seja, o conceito de Estado implícito nos discursos, recorreremos aos documentos disponibilizados pela Prefeitura de Vitória para compreender que em suas palavras é caracterizada a existência de um Estado dividido entre grupos (ou classes) desiguais, pois o foco do programa demonstra ser as pessoas em "estado de vulnerabilidade social" em detrimento daquelas que não estão. No nosso entendimento, apenas isso já evidencia o reconhecimento da heterogeneidade da população, o que aparece também nas outras entrevistas, com os coordenadores dos núcleos.

Identificamos durante a pesquisa, a visão de Política Pública como sendo a ação intencional do Estado na tentativa de intervir em dada realidade. No caso do Lazer, essa ação pode acontecer no sentido de oportunizar vivências à população ou de fomentar e incentivar suas práticas. Para exemplificar, seguem dois trechos proferidos pelos gestores e outro relatado por um dos coordenadores de Núcleo:

"(...) Então, o que está na Constituição e que cabe ao poder público de executar é o que se caracteriza como dever do Estado. Então, ao menos na nossa administração, ainda que as vezes de forma equivocada, cabe transformar isso para a comunidade. Mas foi esse dever que norteou isso aí, as garantias pra comunidade (...)" Gestor 02

"As pessoas é que praticam o esporte e as pessoas que administram é que são responsáveis por oportunizar as vivências. A instituição é abstrata, os responsáveis são os gestores e os praticantes é que são os reais executores." (grifo nosso) Gestor 01

"O que eu entendo da filosofia do PELC é estar fomentando o lazer onde ele já existe e estar levando para os locais onde ele ainda não existe, fazendo acontecer ou dando suporte para que continue acontecendo." Coordenador 01

Quando o gestor 01 ressalta o papel do cidadão como executor e promotor de seu Lazer, leva à reflexão feita anteriormente de que o Estado vem gradativamente abrindo mão de seu papel de interventor, gerando espaço para o setor privado se estabelecer de modo a condicionar a prática do Lazer ao poder aquisitivo, excluindo ainda mais os já “marginalizados” pelo sistema político, econômico e ideológico, ou seja, o Capitalismo. (MASCARENHAS, 2007).

No caso específico do objeto de estudo, ou seja, a concepção de Lazer presente nos discursos, percebemos que na maioria dos casos não existe grande discrepância quando comparados ao conceito presente nos documentos do PELC, sobretudo por parte dos gestores e nos núcleos cujos coordenadores passaram pelo processo de formação previsto para os agentes sociais de Lazer do PELC.

Contudo, a concepção compartilhada a respeito do que é Lazer e do modo como este se manifesta demonstrou não ser o único fator preponderante para a coerência das ações com os objetivos. Outros elementos pontuais aparecem de forma bem clara, tais como a ausência de recursos, que acarreta numa estrutura física debilitada e na falta de materiais, gerando prejuízos aos praticantes. Da mesma forma, o quantitativo de agentes (estagiários) disponibilizados para os núcleos não estão de acordo com a proposta e tem se demonstrado insuficiente para a realização integral do trabalho. Esses exemplos demonstram que diversos fatores se associam para que os objetivos não sejam alcançados. Contudo, estes elementos demonstram ser consequência e não a causa do “não êxito” do projeto.

Nas visitas aos núcleos, percebemos que apesar de parecer que alguns obtêm certo impacto perante a comunidade (apesar de não haver dados empíricos a esse respeito), ainda se encontram longe de alcançar grande parte dos objetivos propostos pelo PELC. A própria percepção de alguns agentes a respeito de suas práticas parece negligente, na medida em que não operacionalizam o entendimento de que o Lazer a ser alcançado não é a pura recreação ou ocupação do tempo. No discurso formal, avaliam que este projeto possibilita a transformação social por meio do Lazer, mas nas entrelinhas do discurso e nas atitudes, percebe-se que a transformação se dá apenas de modo paliativo, não havendo nenhuma garantia de que vai se preservar.

Notou-se ainda que, a ausência da intersetorialidade das ações causa um efeito bastante devastador na população que depende da ação do poder público. Se por um lado, o aumento das políticas sociais provoca um estímulo para o indivíduo beneficiado, esse estímulo nunca é suficiente para dar conta de todas as demandas. Isso acarreta numa progressiva degradação das Políticas Públicas, que acabam denominadas de assistencialistas pelos críticos. Isso acontece também porque os projetos prevêm em seus objetivos elementos que necessariamente dependem de uma atuação conjunta de toda a estrutura administrativa.

Mesmo nos ambientes em que é reconhecida a importância da intersetorialidade, percebe-se que a dificuldade de operacionalizá-la tem superado o desejo de vê-la acontecer. Não consideramos que isso seja fruto somente de gestores despreparados ou que não têm vontade política, pelo contrário, muitos atores dispostos a realizar algo diferente se esbarram na burocracia e nos modelos políticos cristalizados.

Neste ponto, retomamos a idéia de que o Estado da maneira como se apresenta organizado na sociedade capitalista, não existe para contribuir na transformação social, mas sim para manter a ordem estabelecida e o domínio de classes (MARX e ENGELS apud COTRIM, 2000). Assim, consideramos que um elemento precede e causa a ausência da intersetorialidade das ações, ou seja, o modelo sobre o qual o Poder Público

emerge e acaba por reforçar o modelo político, econômico e ideológico que rege todas as ações do Estado Capitalista.

Isso se evidencia quando se categoriza e analisa separadamente os conceitos de Estado, Política Pública, e Lazer. Ao reunir os três conceitos, parece haver uma incoerência na percepção desses elementos, pois se por um lado o Lazer é visto como elemento de transformação, por outro o Estado e a Política Pública permanecem como elementos de manutenção do equilíbrio social (a homeostase não induz a mudança).

Tratar de modo conjunto as ações para privilegiar a classe trabalhadora, seria ir de encontro aos objetivos do próprio capitalismo, e o Estado joga o jogo do capitalismo para o qual a produção e o lucro vêm sempre em primeiro lugar. A posição ideológica demarca fortemente a idéia de que quanto mais riqueza produzida, menor será a miséria do povo, contudo, o que se vê é o processo inverso já que a desigualdade social é crescente nesse contexto. Seria utopia imaginar que a classe dominante assistiria incólume o levante das massas ou veria sua riqueza sendo distribuída aos “pobres”.

Enquanto o trabalhador briga pela comida, pelo remédio, pelo esgoto em sua rua, pela energia em sua casa, pelo fim de semana de futebol, não tem tempo pra pensar sobre as causas de sua condição e, muito menos, brigar pela transformação deste modelo econômico, político e ideológico perverso que faz do capital a essência de toda a sociedade. Visando essa escravidão mental e, em determinados momentos, física, o poder ideológico do Estado se utiliza de todos os recursos que têm à sua disposição.

A realidade política local nos permite traçar um paralelo com o que foi assumido acima, ratificando que isso não tem necessariamente a ver com os representantes transitórios do poder, mas sim com a estrutura em si. A não ser que o “representante do povo” queira romper com esse modelo e encontre (ou promova) um campo fecundo para tal, não vislumbramos a possibilidade de realização de políticas intersetoriais que de fato contribuam para transformações significativas na sociedade, sendo mais provável que surjam como ações paliativas que mantenham a ordem social mínima, sublimando possíveis conflitos. Essa idéia aparece bem clara no documento que os gestores de Vitória produziram acerca do PELC, ressaltando seus objetivos:

“Este Projeto ainda pretende promover a participação cidadã entre os munícipes, estimulando a convivência harmônica entre diferentes grupos, com idades variadas, portadores ou não de necessidades especiais, que estejam em risco social, entre outros, buscando a inclusão, a valorização da pessoa e a manifestação da solidariedade. Com a valorização da pessoa e o atendimento das expectativas educativas que o lazer proporciona, outras ações preventivas poderiam ocorrer a partir destas, ampliando as oportunidades de ocupação saudável do tempo, com diminuição gradativa do tempo ocioso que muitas vezes alimenta o crime, a prostituição, a marginalidade e o consumo de drogas, até entre crianças, adolescentes e jovens.” (grifo nosso)

Não é muito difícil perceber que, o discurso da cidadania, inclusão, solidariedade está impregnado de uma funcionalidade perversa que aparece logo abaixo: a ocupação “saudável” do tempo para a diminuição do tempo ocioso. Depois de toda a discussão apresentada anteriormente voltamos a refletir: a quem estes projetos acabam beneficiando de fato: a população atendida diretamente nos núcleos ou aquela que se vê livre dos “marginais em potencial” que poderiam estar ameaçando suas vidas? A quem este Estado serve e sempre serviu?

É preciso ponderar, que não podemos mensurar precisamente os benefícios diretos para cada criança, adolescente, adulto ou idoso atendido nos núcleos. De semelhante modo, não podemos responsabilizar indivíduos isolados por essa realidade. Contudo, não é viável o êxito de um Programa como o PELC que tem em seu objetivo a promoção de um Lazer como veículo de transformação social, se toda a lógica do Estado caminha na contramão disso. Enquanto nas outras áreas se presencia a falta de investimento em condições mínimas para a sobrevivência humana e políticas predominantemente assistencialistas, vemos como um contra-senso o Lazer, tal como produto desta cultura, promover de modo homogêneo a todos o efeito inverso.

Considerações Finais

De modo geral, identificamos que os aspectos ressaltados para a boa execução de uma política pública de lazer, ou seja, a formação do quadro de profissionais, a concepção que os agentes têm do lazer e a intersetorialidade das ações destacados por Marcelinno (2002) são de fato imprescindíveis para tal alcance.

Apesar dos outros fatores envolvidos, observamos que nos núcleos em que a concepção de lazer era mais próxima da esperada, os conteúdos aplicados e o público beneficiado também se aproximavam um pouco mais dos objetivos propostos. Contudo, como já deixamos subentendido na construção desta explanação, mesmo nesses núcleos não pudemos perceber a materialização consistente dos objetivos essenciais do programa, ou seja, a vivência não funcional do lazer, sendo ainda, este considerado como um veículo de educação e um possível promotor de organização e transformação social.

Referendados pela construção teórica que guiou o projeto, bem como na pesquisa de campo realizada, identificamos a existência de um elemento que precede as considerações de Marcelinno acerca dos aspectos determinantes para o êxito de uma Política Pública de Esporte e Lazer: o fato de que as ações do Estado estão inseridas em um contexto político, econômico e ideológico, não sendo isentas de sua interferência. Nesse sentido, cabe acrescentar a contribuição Lessa (2002) quando diz que nenhum projeto público de Esportes e Lazer pode pretender a superação da cidade capitalista por meio da efetivação de valores éticos diferenciados devido ao fato de que esta efetivação é ontologicamente impossível sem a própria superação do capital.

Permanecemos acreditando que o Estado tem o dever de trabalhar para que a manifestação do Lazer seja uma possibilidade real nas comunidades. Contudo, ratificamos que a solução apenas pode ser alcançada se a idéia de transformação da condição de vida das pessoas passar primeiramente pela transformação da estrutura sobre a qual essas pessoas condicionam suas vidas e por ela são condicionadas.

Referências

- AREIAS, K. T. V. Programa Esporte e Lazer da Cidade no Município de Vitória-Es: uma breve análise a partir da Concepção de Lazer dos Gestores (Monografia). Universidade Federal do Espírito Santo, 2008.
- BELLONI, I.; MAGALHÃES, H.; SOUZA, L. C. Metodologia de Avaliação em Políticas Públicas; Tradução de Floriano de Souza Fernandes, São Paulo, Cortez, 2003.
- BOBBIO, N. Estado, Governo, Sociedade: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

- CASTELLANI, L. (org). Gestão Pública e Política de Lazer: a formação de agentes sociais. Campinas-SP, Autores associados, 2007.
- CAVALCANTI, K. B. A Problemática Filosófica do Lazer. Universidade Federal de Campinas, 1984.
- COTRIM, G. Fundamentos da Filosofia. História e Grandes Temas. Saraiva, 2000;
- FALCÃO, J. L. C.; SARAIVA, M. C. (organizadores). Esporte e Lazer na Cidade, volume 1: práticas corporais re-significadas. Florianópolis-SC, Lagoa Editora, 2007. Capítulo 1: Construindo outros caminhos para o Esporte e Lazer na cidade (pág. 05 a 29).
- GAELZER, L. Lazer: benção ou maldição? Porto Alegre, Sulina, 1979.
- GIL, A. C. Como elaborar Projetos de Pesquisa. 4 Edição, São Paulo, Atlas S.A., 2002.
- LESSA S. Marxismo e ética. Revista Crítica Marxista nº 14. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 104).
- MARCELLINO, N. C. (organizador). Lazer e Esporte: Políticas Públicas. 2 Edição – Campinas-SP, Autores Associados, 2001.
- MARCELLINO, N. C. Estudos do Lazer: Uma Introdução. 3 Edição –Campinas-SP, Autores Associados, 2002.
- MASCARENHAS, F. Lazer como prática de Liberdade. Goiânia-GO, UFG, 2003.
- MASCARENHAS in CASTELLANI, L. (org). Outro Lazer é possível! Desafio para o Programa Esporte e Lazer da Cidade. Gestão Pública e Política de Lazer: a formação de agentes sociais. Campinas-SP, Autores associados, 2007.
- MELO, V. A. de; ALVES JÚNIOR, E. de D. Introdução ao Lazer. Barueri-SP, Manole, 2003.
- MINISTÉRIO DO ESPORTE, GOVERNO FEDERAL. Orientações acerca da implementação do Programa Esporte e Lazer da Cidade. Brasília, 2007. Disponível em: http://portal.Esporte.gov.br/sndel/Esporte_Lazer/projeto_social/orientacoes.jsp. Acesso em 20 de janeiro de 2009.
- PADILHA, V. Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito. Campinas, SP, Alíneas, 2000.
- ROUSSEAU, J. J. Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens: Discurso sobre as ciências e as artes. Volume II. Tradução de Lourdes Santos Machado. Coleção Os Pensadores. São Paulo, Nova Cultural Ltda., 1997.
- SOURIOUX, J. L.; LERAT, P. Análise de texto: método geral e aplicações no direito. Tradução: Joana Canêdo. São. Paulo: Martins Fontes, 2002.
- WEBER, M. Ensaio de Sociologia. 5ª edição. Rio de Janeiro, Guanabara, 1982.

O estudo em questão fez parte de um projeto de pesquisa intitulado “As Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Espírito Santo: Abordagem qualitativa e quantitativa” que foi apoiado pelo Ministério do Esporte, através da Rede CEDES.